

MULHER E CIDADANIA*

Maria Ignez Silveira Paulilo¹

RESUMO

O objetivo deste texto é mostrar que depois de quase quarenta anos de feminismo, a discriminação das mulheres em esferas importantes da vida como família, saúde, educação, trabalho e política é uma dolorosa realidade que não conhece fronteiras. Está presente tanto nos países ricos quanto nos pobres, nos de regime político autoritário e nas democracias e em todas as classes sociais. As ocupações consideradas femininas são mais mal remuneradas que as masculinas, sendo que a abertura de alguns espaços profissionais tradicionalmente dominados pelos homens para a entrada de mulheres pode ter como resultado uma desvalorização da atividade, com conseqüente perda de prestígio e salário. Ainda assim, há conquistas na direção de maior igualdade entre os sexos, muitas delas conseguidas sem nenhum apoio do Estado.

Palavras-chaves: gênero, cidadania e divisão sexual do trabalho.

O que é cidadania? Esta é a primeira questão a enfrentar. Para isso vou me apoiar em um texto da Profa. Vera Regina Pereira de Andrade, da UFSC, área de Direito, "*Cidadania, direitos humanos e democracia: reconstruindo o conceito liberal de cidadania*"². Segundo a autora, este conceito tem grande importância hoje, pois "*todos - de todos os matizes ideológicos e matrizes intelectuais - falam a respeito e todos são seus defensores*". Existe um conceito liberal de cidadania, consolidado

* Palestra proferida em curso promovido pela AEMFLO- Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina. Junho de 1999.

¹ Cientista Social, professora do Departamento de Ciências Sociais/UFSC, doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ.

² ANDRADE, V.R.P. de. 1999. "Cidadania, direitos humanos e democracia: reconstruindo o conceito liberal de cidadania. Mimeo.

pela cultura jurídica brasileira que precisa ser superado, pois não dá conta de tudo que a cidadania implica. O conceito liberal de cidadania tem suas bases na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791. Diz respeito ao “*direito à representação política*” e o cidadão é definido como “*indivíduo nacional titular de direitos eleitorais (votar e ser votado) e do direito de exercer cargos públicos*”. Um dos limites desta concepção é a dicotomia entre os direitos do homem e os direitos do cidadão, que se apóia em outra dicotomia - Estado e Sociedade Civil -, sendo o Estado o espaço público e a Sociedade Civil, o espaço privado onde se situam as relações econômicas (mercado) e as domésticas. A igualdade não passa pelo econômico, mas pelo político. Há uma valorização do indivíduo como categoria abstrata, atomizada, desvinculada das condições sócio-econômicas onde se insere. A cidadania é representação política.

Ao rever o conceito liberal, a autora encontra na mesma Declaração Francesa os elementos que quer enfatizar. - direitos e obrigações iguais. Modernamente “*a dimensão da cidadania vai tendo tendo seu conteúdo paulatina e conflitivamente ampliado para incorporar direitos políticos, econômicos-sociais, culturais, difusos e coletivos, etc.*”. O conceito de cidadania é socialmente construído e, portanto, é reinventado sempre que a sociedade exige o reconhecimento de novos atores e esferas de atuação. A autora defende que, nesse momento histórico que estamos vivendo, é preciso uma “*construção coletiva do conceito de cidadania*”, passando-se da ênfase nos agentes tradicionais da política - partidos e organizações sindicais - para a incorporação de movimentos sociais ou comunitários de base, organizações profissionais, comitês de bairro, associações de moradores e de defesa dos direitos humanos, comunidades eclesiais de base, organizações de auxílio mútuo, etc. Passa-se da macro-política à micro-política.

Pontuando as diferenças entre o conceito liberal de cidadania e o conceito proposto pela profa. Vera Regina temos: a) incorporação da dimensão micro, não-estatal do poder, da política e da democracia na sociedade civil; b) não mais o indivíduo por base, mas construções coletivas; c) não só direitos políticos mas direitos humanos. Passa-se de uma cidadania instituída pela democracia, para uma cidadania instituinte da democracia.

Seguimos a discussão com um texto de Maria Victoria Benevides, profa. da USP e da Escola de Governo, “*Democracia de iguais, mas*

*diferentes*³, onde a autora diz: “Direitos humanos são aqueles direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, etnia, nacionalidade, sexo, orientação sexual, nível sócio-econômico, religião, instrução, opinião política e julgamento moral, e que têm como pressuposto óbvio o direito à vida”. Têm por base uma “dignidade intrínseca a todo ser humano”. Bem como Vera Regina, volta-separa os ideais da Revolução Francesa - “liberdade, igualdade e fraternidade”, dizendo que cada termo corresponde a uma “geração” dos direitos humanos. “A primeira geração, englobando os direitos civis e políticos e as liberdades individuais, é fruto da longa marcha das idéias liberais. A segunda geração, corresponde aos direitos econômicos e sociais - basicamente vinculados ao mundo do trabalho. A terceira geração, entendida como o conjunto de direitos decorrentes do ideal da fraternidade e da solidariedade... corresponde ao direito à autodeterminação dos povos”. Estes últimos incluem direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente saudável e a um patrimônio comum da humanidade. Diz ainda:

“Em termos de direitos universais, a liberdade corresponde aos direitos e garantias para o exercício das liberdades individuais ou coletivas; inclui o direito à integridade física e psíquica e os direitos de expressão e organização política. A igualdade corresponde aos direitos à igualdade diante da lei, mas também em relação a necessidades básicas, como saúde, educação, habitação, trabalho e salário justo, seguridade e previdência etc. A solidariedade, que os franceses chamaram de fraternidade, corresponde ao direito e ao dever de corresponsabilidade pela busca do bem comum, o que implica participação na vida pública”.

As duas autoras salientam a presença de uma cidadania coletiva neste momento de nossa história e da história da democracia. Um movimento coletivo que marcou os anos 60 foi o Movimento Feminista que, ao mesmo tempo, denunciou a relação de desigualdade entre os gêneros e iniciou uma luta por direitos iguais que continua se desenrolando. O ano de 1975 foi considerado como o Ano Internacional

³ BORBA, FÁRIA e GODINHO (orgs). 1998. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.

da Mulher pela ONU e foi realizada uma primeira conferência mundial na cidade do México. Em 1985, tivemos a segunda em Nairobi e, em 1995, a terceira em Pequim. Tivemos na década de 90 dois encontros internacionais sobre Mulher e Agricultura. No último, em 1998, Bill Clinton decretou o dia 15 de outubro como o dia internacional da mulher agricultora. Essas conferências tiveram o mérito de desencadear pesquisas sobre a situação da mulher no mundo e é sobre isso que gostaria de lhes falar. As informações que trago aqui derivam de uma publicação das Nações Unidas "*The world's women 1995: trends and statistics*"⁴. Em um ou outro momento, juntarei dados de outras fontes. No relatório da ONU, as informações estão classificadas em 5 tópicos que nos interessam: população, casa e família; saúde; educação e treinamento; trabalho; e poder e influência. Seguirei a mesma ordem.

1. População, Casa e Família

Há menos mulheres que homens no mundo, 98,6 mulheres para cada 100 homens. Na última vez que chequei esses dados brutos, tínhamos aproximadamente 5 milhões e trezentos milhões de habitantes - 2 bilhões e 600 milhões de mulheres e 2 bilhões e 700 milhões de homens. Por que a diferença quando, a princípio, parece que a mulher é mais favorecida? Os meninos pequenos morrem mais que as meninas e, entre os idosos, as mulheres vivem mais. Porém, a taxa de nascimento por sexo é relativamente estável : 93 a 96 mulheres para cada 100 homens. Esta diferença aumenta por causa da preferência que algumas culturas dão ao nascimento de filhos homens, o que provoca infanticídio de meninas; não registro oficial de seu nascimento; e uso de técnicas que, ao permitirem conhecer o sexo da criança antes do nascimento, favorecem o aborto seletivo. Este é, aliás, um dos perigos do desenvolvimento de tecnologias que permitam induzir o sexo da criança no momento da concepção ou conhecê-lo cada vez mais cedo antes do nascimento. Uma demonstração de que este perigo é real, é que taxa de mulheres para cada 100 homens decai entre famílias com muitos filhos, mostrando a inaceitação de mais uma filha.

⁴ UNITED NATIONS. 1995. *The world's women 1995: trends and statistics*. EUA: United Nations Publication.

O tamanho das famílias decresceu de 1970 a 1990 em várias partes do mundo. A menor família encontra-se nos países desenvolvidos - média de 2,8 pessoas. Na América Latina a média cai de 4,7 pessoas por residência em 1970, para 4,1. Há uma nítida tendência mundial ao controle da natalidade. Outra tendência, esta acentuada nos países desenvolvidos, é a de pessoas morando sozinhas. Por exemplo, tem-se na Dinamarca e na Suécia uma proporção de 30% e 33% de casas com uma só pessoa.

Um dado importante para ser levado em conta é o número de famílias chefiadas por mulheres. Ela é muito alta no Caribe - 35%. Nas regiões desenvolvidas é 24% e na América Latina, 21%. Esses fatos diminuem o número médio de pessoas por residência, mesmo quando não há queda de fertilidade.

Com relação ao controle da natalidade, o Brasil está entre os países que apresentam alta queda na taxa de fertilidade, mais de 40% em 20 anos. Esta taxa era de 4,7 no período 1970-75 e baixou para 2,7 para 1990-95. À título de comparação, temos os EUA com um aumento de 2,0 para 2,1. Esta briga as mulheres compraram sozinhas. Embora não se possa negar um aumento da preocupação masculina em evitar filhos, sabemos que a responsabilidade é deixada, principalmente, a cargo das mulheres. Não houve, por parte do estado, políticas de planejamento familiar importantes. Não se admira então que os dados sobre aborto sejam tão reveladores. Marta Suplicy, em seu artigo "*Aborto: história de muitas histórias*"⁵ diz que, no Estado de S. Paulo, em 1996, foram praticados 242 mil abortamentos e foram realizados 462 mil partos. O número de abortos é cerca da metade das gravidezes levadas a termo. Em qualquer discussão sobre legalidade ou não do aborto, é preciso levar em conta o quanto as mulheres estão sozinhas nesta luta para ter somente os filhos que querem ou podem criar. Enquanto as mulheres de classe média e alta podem comprar contraceptivos e pagar laqueaduras, as mais pobres não têm acesso a isso. Há alguns anos atrás, num encontro de mulheres sobre fertilidade, ouvi depoimentos de médicos dizendo de quantas mulheres procuram mil formas de fazer laqueadura gratuitamente, pois o INPS não cobre este tipo de gasto.

Finalizando este item, mostraremos alguns dados para o Brasil. Com o que comparar? Decidi que com os EUA, dada a influência deste país nas políticas sociais adotadas em toda a América.

⁵ BORBA; FARIAS e GODINHO (orgs.) 1998. *Op. Cit.*

Quadro 1 – Casa, família e filhos

	Brasil	EUA
Tamanho médio da família (1990)	4,2	2,6
Mulheres chefes de família (%)	20	32
Taxa de fertilidade (90/95)	2,7	2,1
Uso de contraceptivo em mulheres casadas em idade fértil (%)	66	74
Permissão para aborto	Não	Sim

Fonte: ONU⁶

Quadro 2 – Países que permitem o aborto

Albânia, Austrália, *Áustria*, *Belarus*, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Canadá, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia e França, Grécia e Hungria, Islândia, Itália, Japão, *Latvia*, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, República de Moldova, România, Federação Russa, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Macedônia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos, Iugoslávia, Cabo Verde, Tunísia, Zâmbia, Barbados, Belize, Cuba, Armênia, Azerbaijão, China, Geórgia, Cazaquistão, *Korea, D. People's R.*, Kirguistão, Mongólia, Singapura, *Tajikistan*, Turquia, *Turkmenistan*, *Uzbekistan*, Vietnã.

Obs. Os países em itálico estão com o nome em inglês.

2. SAÚDE

A questão da saúde difere entre homens e mulheres. Muito dos riscos que as mulheres correm são consequências da gravidez, como prolápsio uterino e fistula obstétrica. Outras, como anemia, má nutrição, hepatite, malária e tuberculose se acentuam com a gravidez. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS – 20 milhões de abortos são feitos anualmente sem controle médico. Destes 20 milhões, 90% são

⁶ Citaremos como fonte a própria ONU, embora este órgão tenha utilizado várias outras fontes na elaboração das tabelas.

praticados em países em desenvolvimento. A cada ano 70.000 mulheres morrem em consequência de abortos mal feitos (Jornal da ciência, 28/05/99).

Segundo a OMS, da meia-idade até o começo da velhice, a principal causa de morte em mulheres é câncer e dos homens, doenças do coração. Depois dos 65 anos, a principal causa para os dois sexos é coração.

A cada ano, mais de 150 milhões de mulheres engravidam. De acordo com a OMS, 23 milhões delas (mais de 15%) desenvolvem complicações que requerem tratamento especializado. Além disso, 12,5 milhões de gravidezes são complicadas por doenças como malária, hepatite, tuberculose e diabetes. Estas complicações resultam na morte de meio milhão de mulheres a cada ano. Ainda, 15 milhões de mulheres desenvolvem posteriormente doenças relacionadas com a gravidez - fístula obstétrica, anemia forte, inflamação pélvica, infecção na área reprodutiva e infertilidade. Estima-se que meio milhão de mulheres morram todo ano por falta de cuidados adequados. Nos países em desenvolvimento, a mortalidade materna é a principal causa de morte de mulheres em idade reprodutiva. Dessas mortes, 25% é causada por hemorragia, 15% por infecção, 13% por aborto malfeito, 12% por hipertensão e eclâmpsia e 8% por obstrução no parto.

Quadro 3 – Estimativas de mortalidade materna (1983 - 1988).

	Morte de mães (milhares)		Mortalidade materna (Por 100.000 nascidos vivos)	
	1983	1988	1983	1988
Países desenvolvidos	6	4	30	26
América do Sul	23	17	290	220

Fonte: ONU

Os contraceptivos permitem às mulheres controlar a reprodução hoje em dia. O principal motivo porque elas param de usá-los são complicações na saúde. Esta causa foi muito mais comum que a falta de acesso, desaprovação do marido, pressão ou crença religiosa. Embora

não seja essa minha área de pesquisa, que é mulher e trabalho principalmente, fiquei surpresa com o uso de anticoncepcionais por mulheres rurais, inclusive laqueadura, encontrada por uma orientando minha, Alessandra Bueno De Grandi⁷. Em conversas informais com pessoas que têm família no meio rural, elas me comprovaram a presença do controle da natalidade, apesar da grande influência da Igreja Católica.

Quadro 4 – Esperativa de vida ao nascer (anos) 1990-1995.

	EUA	Brasil
Mulheres	79	69
Homens	74	64

Fonte: ONU

Quadro 5 – Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) 1990/1995

EUA	Brasil
8	57

Fonte: ONU

Quadro 6 – Uso de anticoncepcionais em mulheres casadas em idade reprodutiva (%).

	EUA	Brasil
Com qualquer método	74	66
Com métodos modernos	69	57

Fonte: ONU

⁷ DE GRANDI, A. B. 1999. Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC.

Quadro 7 – Nascimentos atendidos por pessoal treinado 1986/90 (%)

EU A	Brasil
99	73

Fonte: ONU

Quadro 8 – Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos) 1990

EU A	Brasil
7	200

Fonte: ONU

Quadro 9 – Taxa de fertilidade de mulheres de 15 a 19 anos (por 100 mulheres) 1990-1995

EU A	Brasil
38	41

Fonte: ONU

3. Educação e Treinamento

Com relação a uma escolaridade básica para mulheres com 15 e mais anos, a taxa de alfabetização cresceu nas últimas décadas na maioria dos países da América Latina e do Caribe e leste e sul da Ásia. Mas altos índices de analfabetismo permanecem na África ao norte e na região do Sub-Sahara; no sul da Ásia; e em poucos países do oeste da Ásia, da Oceania e da América Latina e Caribe. Altas taxas de analfabetismo são sempre acompanhadas por grandes diferenças entre homens e mulheres. Em países com muito analfabetismo, a diferença média é de 25% a mais para as mulheres que para os homens.

Há mais analfabetismo nas áreas rurais que urbanas. Os agricultores dão várias razões para manter as filhas longe da escola: medo de lhes dar muita liberdade; falta de certidão de nascimento; necessidade de seu trabalho em casa ou nos campos; preferência por investir recursos limitados nos filhos homens porque eles poderão dar suporte aos pais quando velhos, enquanto as moças vão morar com a família do marido e este controla todo seu rendimento; maiores possibilidades de emprego e melhor salário para os homens; e visão tradicional do papel da mulher.

Quanto à frequência à escola secundária há dados interessantes. Na América Latina e no Caribe, há 10% a mais de garotas que garotos nas escolas. . Esse número é igual nos países desenvolvidos, leste e sudeste da Ásia e Oceania. Há um pouco menos de meninas que meninos nas escolas a oeste da Ásia e norte da África. Na região africana do Sub-Sahara e ao sul da Ásia há bem menos meninas que meninos estudando. Porém, maior escolaridade entre as mulheres nem sempre se reflete em vantagens no mercado de trabalho.

Melhoras na educação feminina e queda na taxa de fertilidade são variáveis que andam juntas. As mulheres que estudam casam mais tarde, têm menos filhos e são mais aptas a usar corretamente os anticoncepcionais. Nota-se grande diferença entre a fertilidade de mulheres que frequentaram pelo menos 7 anos de escola e as que não completaram o nível primário (o relatório não fala de quantos anos compõe-se o primário). No níveis baixos de escolaridade, a diferença por anos de escola frequentados não tem significância.

Nos níveis mais altos de educação temos que há mais mulheres que homens nos países desenvolvidos com exceção dos da Europa Ocidental; na América Latina e no Caribe (neste último, a diferença é acentuada, 140 mulheres para 100 homens); e na Ásia Ocidental. Na Europa Ocidental temos 93 mulheres para 100 homens formados no terceiro grau. Nas outras partes do mundo, sempre os homens são em maior número. Os índices mais baixos são no Sub-Sahara na África e no sudeste da Ásia (30 e 38 por 100).

A formação de 3º. grau não se reflete necessariamente em melhores situações de emprego. Nos campos da saúde e educação, que são bastante femininos, as mulheres são mais de 50% em muitos países, mas a desigualdade aparece conforme se sobe nos níveis de hierarquia. Nos cargos e salários mais altos, os homens predominam. Há um

exemplo interessante: no início dos anos 60, com a implementação da “revolução verde”, foram criados 17 centros agrônômicos de pesquisa, 5 na África, 5 na Ásia, 3 na América Latina e 4 em países desenvolvidos. Como foi um trabalho com controle centralizado, há dados claros e seguros. As mulheres tinham participação moderada nos níveis não científicos e *trainee*, mas havia pouca na administração e nível de pesquisador *senior*. Dados mostram que nos países desenvolvidos, o número de mulheres e homens que se formam em agronomia é quase o mesmo.

Quadro 10 – Alfabetização e educação formal

Analfabetos de 15 a 24 anos em 1990 (%)	Brasil	EUA
Mulheres	9,8	0,6*
Homens	14,6	0,7*
Analfabetos de 25 e mais anos em 1990 (%)	Brasil	EUA
Mulheres	24,7	3,1*
Homens	22,2	3,4*
Número de pessoas que entram no 3º grau por cada 100 000 habitantes em 1990	Brasil	EUA
Mulheres	1061	5771
Homens	1067	5411
Mulheres matriculadas por cada 100 homens	Brasil	EUA
segundo grau	116*	103
terceiro grau	110	120
Mulheres lecionando em Universidades 1990 (%)	Brasil	EUA
	41	27

Fonte: ONU.

*- O dado se refere a um ano entre 1980 e 1984.

Não deixa de ser interessante nossa maior porcentagem de mulheres como professoras universitárias. Embora esta não seja a única explicação possível, no Brasil, podemos contar com o auxílio das empregadas domésticas. Nos países desenvolvidos, há pelo menos um período na vida das crianças que a mãe não tem ajuda alguma, o que dificulta a construção de uma carreira.

4. Mulher e Trabalho

Uma diferença fundamental entre os sexos é que, para a maioria das mulheres, família e trabalho andam juntos e, para a maioria dos homens, trabalho significa emprego assalariado que exige tempo fora de casa. As atividades de trabalho das mulheres não são bem captadas pelas estatísticas oficiais, principalmente quando trabalham na agricultura. Homens e mulheres usam seu tempo diferentemente:

1. As mulheres trabalham mais que os homens. Pesquisas feitas na década de 80, principalmente em países desenvolvidos, concluiu que em 13 países elas trabalham pelo menos 2 horas a mais por semana que eles, sendo que o comum é de 5 a 10 horas; em 8 países, a quantidade de trabalho foi igual. Só nos Estados Unidos as mulheres disseram que trabalham menos, em média 3 horas por semana.
2. o trabalho doméstico não remunerado é o que mais ocupa o tempo das mulheres. Na maioria dos países, as mulheres gastam a mais o dobro do tempo em trabalho não pago que os homens.
3. o tempo de trabalho dos homens tendem a ser o mesmo durante sua vida produtiva; o das mulheres varia bastante, dependendo da idade dos filhos.

De meados da década de 60 a meados da década de 80, houve uma diminuição no tempo de trabalho não pago das mulheres e aumento do trabalho remunerado. Está havendo mudanças no sentido do casal partilhar mais esses trabalhos.

Quanto à divisão do trabalho doméstico, dois terços a três quartos dele são feitos pelas mulheres nos países desenvolvidos. Na maioria desses países, a mulher gasta 30 ou mais horas por semana nesse trabalho, enquanto os homens gastam 10 a 15. Quanto às atividades masculinas e femininas há um padrão. Os homens não fazem: lavar roupa, limpar a casa, arrumar as camas ou passar roupa. As mulheres quase não fazem reparos e manutenção na casa. O que consome mais o tempo das mulheres é a preparação das refeições e limpeza quando não há filhos. Quando os há, é cuidar deles. O tempo que as mulheres levam para preparar uma refeição caiu de 1961 a 1992 de 90 minutos para 60 minutos por dia. O tempo que os homens levam cozinhando subiu um pouco, de 15 a 20 minutos. Das tarefas domésticas, a de que os homens participam mais é no cuidado das crianças pequenas, em média menos de 1 hora por dia. Quanto ao trabalho não pago, eles contribuem mais fazendo compras e consertando coisas na casa.

Quanto à maneira de gastar o tempo, há bastante semelhança entre homens e mulheres quando são jovens e solteiros. Porém uma vez que casem ou coabitem, as coisas mudam e as diferenças de gênero ficam nítidas.

Quanto aos países em desenvolvimento, as mulheres e as meninas gastam 3 a 5 horas a mais por semana que os homens em trabalhos de subsistência não pagos - buscar água e lenha, processar produtos agrícolas - e 20 a 30 horas a mais em trabalhos domésticos.

Quanto à participação feminina na força de trabalho, ela cresceu significativamente no mundo todo. As únicas exceções são a região africana do Sub-Sahara e o leste da Ásia. As regiões de maior crescimento são : países desenvolvidos com exceção da Europa Oriental; norte da África; América Latina e Caribe; e sul da Ásia. Os fatores que levaram a este aumento foram: a) migração masculina, abrindo vagas para as mulheres e forçando-as a ser chefes de família; e b) queda na taxa de fertilidade, o que permitiu às mulheres passarem menos anos ocupadas com as crianças.

Onde trabalham as mulheres? Nos países desenvolvidos (exceto Leste Europeu), América Latina e Caribe, a grande concentração, cerca de 75%, está no setor de serviços. Temos alguns dados para o Brasil no artigo de Hildete Pereira de Melo, professora da Universidade Federal Fluminense, "*Globalização, políticas neo-liberais e relações de gênero no Brasil*"⁸. Em todas as atividades econômicas, houve um aumento da participação feminina. De 1985 a 1995, a taxa de ocupação passou de 33,42% para 37,95%. A taxa média de crescimento ao ano da participação feminina foi de 3,68% contra 2,37% do total de pessoas. Isto quer dizer que o número de mulheres empregadas está crescendo mais que o de homens. Comércio e administração foi onde se deu a maior absorção de mulheres. O serviço doméstico remunerado ainda é a principal ocupação das brasileiras, aí estão quase 5 milhões delas. Domésticas, trabalhadoras rurais e comerciárias perfazem 46% da mão-de-obra feminina. Depois temos as áreas do ensino e da saúde.

Analisando os salários recebidos, temos que as mulheres recebem menos que os homens. No ano de 1995, os salários das mulheres eram 40 a 50% dos dos homens. Interessante é a situação das mulheres com

⁸ BORBA; FARIAS e GODINHO (orgs.). 1998. *Op. Cit.*

diploma de nível superior. As com 1º. grau incompleto recebem 48% a 49% (setor público e privado) do salário dos homens; 1º. grau completo, de 52 a 58%; 2º. grau completo, de 53 a 62%. Até aí temos um crescendo. No 3º. grau completo, o salário baixa para 50%. Como já vimos antes, a maior participação feminina na força de trabalho veio acompanhada de uma queda acentuada na taxa de fertilidade, menos de 2,7 filhos por mulher em idade fértil.

O desemprego atinge mais fortemente as mulheres. A Profa. Hildete mostra que em 1991 a taxa de desemprego era de 4,79% para os homens e 4,85% para as mulheres. A diferença é pequena. Em 1996, temos 4,98% e 6,09%; no início de 97, passa-se para 5,38% e 6,53%. Mostra, também, em que setores de atividade há maior participação feminina (quadro 11 e 12).

Quadro 11 – Distribuição da população ocupada feminina por setores de atividades no Brasil. (%)

Setor de atividade	1985	1995
Agronegócio	16,03	14,03
Extração vegetal/animal	2,11	0,97
Indústria geral	11,73	9,17
Construção civil	0,32	0,32
Serviços industriais de util. Pública	0,38	0,51
Comércio	9,90	12,98
Transporte	0,46	0,48
Comunicação	0,39	0,37
Instituições financeiras	2,47	1,47
Administração pública	13,85	14,83
Outros serv. técnicos profissionais	1,54	2,25
= serviços prestados às empresas	1,54	1,64
= serviços de saúde e ensino	4,96	5,53
= serviços comunitários	1,51	1,72
= serviços de reparação e conserv.	0,15	0,31
= serviços de hospedagem e alimen.	3,15	4,35
Outros serviços pessoais	28,39	27,43
Outros serviços sociais	0,07	0,11
Outros serviços distributivos	0,84	1,21
Outros serviços auxiliares	0,21	0,32
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 – 1995.

Quadro 12 – População ocupada por setores segundo o sexo (%)

Setor de Atividade	1985		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Agricultura	79,94	30,04	75,91	24,09
Estrução vegetal/animal	44,77	33,23	44,72	35,28
Indústria geral	73,55	24,45	72,91	27,09
Construção civil	98,18	1,82	98,03	1,97
Serviços industriais de util. pública	85,49	14,31	78,49	21,51
Comércio	48,21	31,79	41,57	38,43
Transporte	95,14	4,84	94,42	5,58
Comunicação	70,94	29,04	48,42	31,58
Instituições financeiras	45,40	34,40	58,74	41,24
Administração pública	47,22	52,78	42,57	57,43
Outros serv. técnicos/profissionais	45,51	34,49	59,12	40,88
= serviços prestados às empresas	72,45	27,55	73,10	24,90
= serviços de saúde e ensino	29,75	70,25	27,43	72,57
= serviços comunitários	50,49	49,51	44,34	55,64
= serviços de reparação e conserv.	97,90	2,10	94,10	3,90
= serviços de hospedagem/alimen.	40,58	39,42	55,14	44,84
Outros serviços pessoais	14,04	85,94	14,31	85,69
Outros serviços sociais	80,94	19,04	70,93	29,07
Outros serviços de tributos	72,33	27,67	42,81	37,19
Outros serviços similares	84,03	15,97	71,74	28,24
Serviço doméstico remunerado	4,43	95,57	4,84	95,14
Total	66,58	33,42	62,05	37,95

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 – 1995.

Voltando aos dados internacionais vemos que o Brasil não é exceção. O desemprego feminino é mais alto na maioria dos países. Também as mulheres encontram-se nas ocupações menos prestigiadas em termos de status e salário.

Finalizando, voltamos à questão da cidadania com a participação das mulheres em posições de decisão nos negócios e na política.

5. Poder e Influência

No mundo dos negócios, as mulheres nas posições de topo são apenas 1 a 2% do número de homens. Quanto à política, somente 24 mulheres foram eleitas chefes de estado desde 1990 (relatório de 1995). Mas há progressos com relação à mulher e política. Entre 1987 e 1994, o número de países onde as mulheres não têm participação nos ministérios caiu de 93 para 59. Em 1984, somente 3,3% dos ministros, no mundo todo, eram mulheres. Em 1994, esse percentual é de 5,7%. Em 1987, 14 países tinham 15% de mulheres nos cargos sub-ministeriais (segundo escalão). Em 1994, tem-se 23 países. As

mulheres estão mais presentes no governo em cargos relacionados à área social e jurídica e no Brasil, em 1998, temos 474 deputados homens e 39 deputadas (7,6%) e 75 senadores e 6 senadoras (7,4%).

Maior participação política ainda não significa conquistas no mercado de trabalho. A alta participação política das mulheres nos países nórdicos não elimina uma considerável segregação quanto aos tipos de emprego e níveis de salário.

Quadro 13 – Mulheres eleitas Chefes de Estado ou Governo no século 20 (até 1994)

Presidentes

Argentina	Isabel Martinez de Perón	1974-1976
Bolívia	Lidia Gueiler	1979-1980
Haiti	Ertha Pascal-Trouillot	1991
Isândia	Vigdís Finnbogadóttir	1980
Irlanda	Mary Robinson	1990
Nicarágua	Violeta Chamorro	1990
Filipinas	Corazón Aquino	1986-92
Sri Lanka	Chandrika Bandaranaike Kumaratunga	1994
Iugoslávia	Milka Plenkic	1982-86

Primeiras Ministras

Bangladesh	Khale da Zia Rahman	1991-
Burundi	Silvia Kinigi	1993
Canadá	Kim Campbell	1993
Dominica	Eugenia Charles	1980
França	Edith Cresson	1991-92
Índia	Indira Gandhi	1966-77
Israel	Golda Meir	1969-74
Noruega	Gro Harlem Brundtland	1981; 1986-89; 1990
Paquistão	Benazir Bhutto	1988-90; 1993
Polónia	Hanna Suchocka	1992-93
Portugal	Maria de Lourdes Pintasilgo	1981-85
Ruanda	Agathe Uwilingiyimana	1993-94
Sri Lanka	Sirimovo Bandaranaike	1970-77; 1994 -
Turquia	Tansu Ciller	1993-
Grã-Bretanha	Margareth Thatcher	1979-1990

Fonte: ONU

Temos algumas informações importantes no artigo de Angela Borba - "*Legislando para mulheres*"⁹. Houve avanços para as mulheres no Brasil. A constituição de 1988, em seu artigo 5º., inciso I, diz "*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*". Esta mesma constituição "*reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença maternidade, criou o direito à licença paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu, ainda, a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica*". Com relação à violência doméstica, a criação das Delegacias da Mulher foi um passo importante.

Quanto à participação política das mulheres no Brasil, ela vem crescendo. Comparando as eleições às Câmaras Municipais de 1992 e 1996, enquanto o número total de vereadores cresceu 6,07%, o número de vereadoras cresceu quase 10 vezes mais - 58,05%.

Entre dados otimistas e pessimistas, ficamos por aqui. Penso que, no geral, as mulheres conquistaram muito espaço desde a década de 60, quando se iniciou o movimento feminista. Talvez, por isso, haja uma tendência entre as mais jovens a considerar esse movimento como algo superado. Mas é preciso ter cautela, pois não só tem muito ainda a ser feito, com a história não é um processo linear. Em muitos países, as mulheres vêm perdendo direitos já conquistados.

⁹ Id. Ibid.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to demonstrate that women have not yet reached equality towards men in important spheres of social life as family, health, education, work and politics, forty years after the second wave of feminism. The differences between female and male rights are universal. These differences are found in rich and poor countries, in democratic nations and in those where the political system is authoritarian and also in every social class. The jobs done mainly by women are usually underestimated. When a considerable number of women get to perform a traditionally male profession, this activity loses status and the wage goes down. In spite of this, there are important victories towards a greater equality between men and women.

Key-words: gender, citizenship and sexual division of labour
